JOSÉ AVILEZ OGANDO

Curriculum Vitae

Experiência Profissional

Advogado (2002-presente)
Seabra, Cunha, Marta e Associados, Sociedade de Advogados, RL
Advogado centrando a sua atividade em Direito Público, sobretudo no Direito Fiscal, assegurando:

- assessoria fiscal a pessoas singulares e coletivas relativamente a todo o tipo de tributos incluindo temas de Direito Fiscal Internacional;
- patrocínio em contencioso tributário e administrativo, acompanhando a realização de inspeções tributárias e na preparação de reclamações, recursos, intimações, impugnações, oposições e outros meios de reação graciosa ou jurisdicional relativamente a todo o tipo de tributos, perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, os Tribunais Administrativos e Fiscais e o CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa.

Advogado Estagiário (1999-2002)
Seabra, Gonçalves Ferreira, Cunha e Associados, RL
Além da atividade decorrente do cumprimento de obrigações de estágio, esta fase envolveu a assessoria de várias empresas do sector industrial, financeiro, imobiliário e do turismo, sendo a prática jurídica com especial enfoque no Direito Fiscal, Direito Imobiliário, Direito Comercial e no Direito dos Valores Mobiliários.

Habilitações Académicas

Mestrado em Direito Financeiro e Fiscal (2017-2021)
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Classificação final: 17 valores.

Curso de Contabilidade para Juristas (2021)
IDEFF – Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
Classificação final: 18 valores.

Pós-Graduação em Contencioso Administrativo e Tributário (2017)
ICJP – Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
Classificação final: 17 valores.

Pós-Graduação em Fiscalidade (2003-2004)
Universidade Lusíada de Lisboa
Classificação final: 15 valores.

Programa de Fiscalidade para Executivos (2002-2003)
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa
Sem atribuição de classificação final.

Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários (2000)
IVM – Instituto dos Valores Mobiliários (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
Classificação final: 17 valores.

Licenciatura em Direito (1994-1999)
Universidade Lusíada de Lisboa

Trabalhos publicados

— "*A Constitucionalidade do Regime do Pagamento Especial por Conta*", Revista da Ordem dos Advogados, 62, III, Lisboa (2002);
[https://portal.oa.pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-advogados-roa/ano-2002/ano-62-vol-iii-dez-2002/artigos-doutrinais/jose-joao-de-avillez-ogando-a-constitucionalidade-do-regime-do-pagamento-especial-por-conta/]

— "*Os Deveres de Informação Permanente no Mercado de Capitais*", Revista da Ordem dos Advogados, 64, I/II, Lisboa (2004);
[https://portal.oa.pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-advogados-roa/ano-2004/ano-64-vol-i-ii-nov-2004/artigos-doutrinais/jose-joao-de-avillez-ogando-os-deveres-de-informacao-permanente-no-mercado-de-capitais-star/]

— "*A responsabilidade Social da Empresa e o Papel do Advogado*", Revista da Ordem dos Advogados, 71, III, Lisboa (2011);
[https://portal.oa.pt/upl/%7B379c6f72-2e92-48c5-8abf-8dad16d81b3c%7D.pdf]

— *Cadernos de Buenos Aires*, Lisboa, Verbo, 2014; [ficção];

— "*Não ver ou não querer ver? O estranho caso do "pagamento voluntário da coima" determinado por ato de condenação em infração contraordenacional – Comentário ao Acórdão do STA, proferido no Processo n.º 030/20.6BEBJA, de 9 de junho de 2021*", Revista de Direito Administrativo, ano IV n.º 12 (2021);
[https://livraria.aafdl.pt/pt/direito-administrativo/1215-direito-administrativo-revista-de-direito-administrativo-ano-iv-n-12-5606939009852.html]

— "*A natureza jurídica da autoliquidação*", Cadernos de Justiça Tributária, 33 (2021), pp. 26 e segs.;
[https://cejur.pt/product/cadernos-de-justica-tributaria-n-o-33/]

— A Nulidade do Ato Tributário, Almedina, 2022;
[https://www.almedina.net/a-nulidade-do-ato-tributario-1645700463.html]

— "*Da necessidade de uma cláusula geral de nulidade dos atos da administração*", Cadernos de Justiça Administrativa, 147 (2022), pp. 3 e segs.;
[https://cejur.pt/product/cadernos-de-justica-administrativa-n-o-147/]

— "*A dupla valoração normativa dos atos tributários e o caso paradigmático do erro imputável aos serviços*", O Direito, nº 154, III (2022), pp. 129 e segs. e Cadernos de Justiça Tributária, 35 (2022), pp. 15 e segs.;
[https://www.cidp.pt/publicacao/o-direito-ano-154-2022-iii/278]
[https://cejur.pt/product/cadernos-de-justica-tributaria-n-o-35/]

— "*O princípio reforçado da juridicidade tributária*", Revista Electrónica de Fiscalidade da AFP, Ano IV, Nº 1 (2022);
[https://www.afp.pt/revista/edicoes/757-revista-electronica-de-fiscalidade-da-afp-ano-iv-n-1-2022?start=2]

— "*Estrutura e contexto atual das relações jurídico-fiscais*", Revista de Direito da Universidade Lusíada, nº. 27/28 (2022), pp.125 e segs;
[http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldl/article/view/3131]

Outras informações

Línguas:
Inglês – domínio fluente escrito e falado;
Castelhano – conhecimento escrito e falado elementar.

Desportos:
Surf, ténis, maratonista.

Inscrito:
- OA – Ordem dos Advogados;
- OACV – Ordem dos Advogados de Cabo Verde;
- AFP – Associação Fiscal Portuguesa;
- IFA – International Fiscal Association.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2023